



Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros



Termos de Referência

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Outubro de 2019



Índice

1 – Introdução	1
2 – Oportunidade de alteração do Plano	1
3 – Enquadramento da alteração do Plano.....	2
3. 1. – Enquadramento legal da alteração do Plano	2
3. 2. – Enquadramento territorial da área de intervenção do Plano	2
3. 3. – Enquadramento nos instrumentos de gestão territorial.....	3
4 – Base programática para o desenvolvimento da alteração do Plano – Objetivos da alteração.....	4
5– Conteúdo da alteração do Plano	4
5. 1. - Conteúdo material e documental do Plano	4
5. 2. - Justificação para a não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica.....	5
6 – Definição das fases e prazos para a alteração do Plano.....	7
7 – Definição da equipa técnica	7
8 – Anexo	



1 – Introdução

O documento que se apresenta para apreciação à Câmara Municipal, para efeitos do disposto nos artigos 76º e 119º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJGT) define a Oportunidade e os Termos de Referência para a 3.ª alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros (PPZIMC).

2 – Oportunidade de alteração do Plano

A Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros do seu normal processo de desenvolvimento e da necessidade existente por parte de várias empresas em aí se instalarem, leva a que estas ocupem mais do que um lote de terreno para a sua implementação, dada a sua estrutura e expetativas de desenvolvimento da sua atividade.

Neste sentido e embora o Plano de Pormenor em vigor seja flexível para o desenvolvimento das atividades que necessitem de ocupar mais do que um lote, torna-se por vezes não exequível quando existe necessidade de efetivar algumas particularidades relativas à sua divisão ou agregação, nomeadamente na solução a apresentar aquando dos termos registais, que dada esta rigidez ou ausência de normativo, a solução que apresenta é a de reposição da situação inicial a partir da qual foi despoletada a referida necessidade, não contemplando certas nuances, que de um modo natural permitiriam chegar a soluções viáveis sem comprometer o global do seu normativo ou os objetivos gerais da sua criação, e que em muito contribuiriam para que de uma forma natural todos os potenciais investimentos se pudessem desenvolver.

A oportunidade para a alteração do PPZIMC, surge com o intuito de dar resposta a uma pretensão de alteração (comutação) de áreas de 3 lotes atribuídos a determinada empresa, que tendo efetivado a construção de um edifício em 2 desses lotes, o seu remanescente, segundo o normativo definido no Plano, não permite ser registado na entidade competente sem que o seu conteúdo seja alterado, mesmo que o resultado dessa operação não signifique qualquer alteração no global de áreas e formas por si definidas.



3 – Enquadramento da alteração do Plano

3. 1. – Enquadramento legal da alteração do Plano

O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 30 de maio de 1997 e publicado em Diário da República, II série, n.º 97, de 27 de abril de 1998, tendo sido registado em 9 de março de 1998 na Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano sob o n.º 01.04.05.20/01-98.PP.

A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 28 de dezembro de 2001 aprovou a 1.ª alteração ao PPZIMC, tendo sido publicada em Diário da República, II Série, n.º 184, de 10 de agosto de 2002, e registada em 10 de julho de 2002 na Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano sob o n.º 01.04.05.20/01.02-PP/A.

Mais recentemente a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em sessão ordinária de 28 de dezembro de 2018 aprovou a 2.ª alteração ao PPZIMC, tendo sido publicada em Diário da República, II Série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2019 e depositado na Direção-Geral do Território em 22 de fevereiro de 2019, sob o número de depósito (01.04.05/PP/02/2019/34).

A alteração que se pretende efetuar decorre da necessidade de adequação à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhe estão subjacentes, e que fundamentam as opções definidas no plano, enquadrada em novas oportunidades de investimento, pelo que se torna oportuno proceder a esta alteração, revestindo-se esta de um carácter regulamentar e indo de encontro ao expresso na alínea a) do n.º 2 do artigo 115º do RJIG.T

3. 2. – Enquadramento territorial da área de intervenção do plano

A área de intervenção do PPZIMC abrange um total de cerca de 62,9 Ha, localiza-se na freguesia de Amendoeira, na proximidade do aglomerado de Amendoeira e confluência da ligação dos eixos viários autoestrada A4/IP4 e início do IP2, a Noroeste da cidade de Macedo de Cavaleiros, distando desta cerca de 5 Km. (*ver Planta I, em Anexo*)

A área de intervenção da alteração do PPZIMC encontra-se definida do seguinte modo:

Norte – Arruamento público;

Este – Lote 48 e Lote 52;



Sul – Arruamento público

Oeste – Área verde de proteção

(ver Planta II, em Anexo)

3. 3. – Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial

O PPZIMC aprovado pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 30 de maio de 1997, alterado em 28 de dezembro de 2001 e em 28 de dezembro de 2018, tal como referido anteriormente, é o instrumento de gestão territorial eficaz para a sua área de intervenção, no entanto é importante fazer o seu enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial que o abrangem, nomeadamente o Plano Diretor Municipal.

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, aprovado pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 23 de junho de 2015, publicado em Diário da República, 2ª Série n.º 190 de 29 de setembro de 2015, aviso nº 11026/2015, o PPZIMC está enquadrado no seu regulamento na Subsecção III – Espaços de Atividades Económicas, através dos artigos 47º, 48º e 49º, estando identificado como espaço destinado à instalação preferencial de atividades industriais e empresariais bem como outras funções complementares.

Na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, esta área está englobada em “Solos urbanizados – Espaços de atividades económicas”, espaços estes identificados como espaços que se destinam à instalação de atividades industriais e empresariais bem como outras funções complementares, estando definidas as ocupações e utilizações a considerar. Estando também enquadrada na categoria de “Espaços verdes de proteção e enquadramento”.

Na Planta de Ordenamento – Áreas com Risco de Uso do Solo, apresenta manchas correspondentes a “Áreas com risco de movimento de vertentes – Perigosidade elevada” e “Áreas com risco de ocorrência de sismo – Perigosidade elevada e muito elevada”. Em termos de classificação acústica, está identificada uma parte como "Zona mista", que correspondem aos espaços de ocupação turística e às restantes áreas integradas nas categorias de solo urbano, com exceção dos espaços de e para atividades económicas.

Na Planta de Condicionantes, esta área está incluída em "Recursos ecológicos - Reserva Ecológica Nacional", sendo que para a área correspondente a este, existe um "Pedido de exclusão da REN - áreas comprometidas (elencadas em regulamento), correspondendo a uma exclusão devida ao facto de corresponder a uma área parcialmente edificada, abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial



de Macedo de Cavaleiros (em vigor). Tem também a restrição devida à existência do "Itinerário Principal/ Auto-Estrada (IP/ AE) (edifícios - 40m, edifícios de caráter industrial - 70m)

Na Planta de Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional e na Planta de Condicionantes – Defesa da Floresta contra Incêndios, não existe nenhuma situação a enquadrar.

Na Planta de Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional e tal como já foi referido na Planta de Condicionantes, esta área apresenta uma mancha que corresponde a "Cabeceiras das linhas de água" mas estando definida como área excluída devido ao facto de corresponder a uma área parcialmente edificada, abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros (em vigor). ***(ver Extrato das Plantas de Ordenamento e Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, em Anexo)***

4 – Base programática para o desenvolvimento da alteração do Plano – Objetivos da alteração

As alterações a consubstanciar com o procedimento de alteração do PPZIMC, são pontuais, incidindo sobre uma área restrita do Plano.

Os objetivos deste procedimento de alteração visam enquadrar os efeitos registais decorrentes de uma alteração ocorrida em três lotes contíguos adquiridos por uma empresa, nomeadamente os lotes 46, 47 e 51, sobre os quais foi efetivada a construção de um pavilhão que em termos de implantação ocupou a área correspondente a um dos lotes (lote 51) e parcialmente a área de outro lote (lote 47), sendo que a área sobrance deste último ainda com capacidade construtiva, segundo o normativo do PPZIMC, não é viável de ser dissociado relativamente ao compromisso que já assumiu aquando da sua afetação à referida implantação da construção na sua área. Deste modo uma redefinição das áreas adstritas a estes lotes que espelhem a realidade atual, consequência do que foi efetivado, permitirá desbloquear esta situação de modo a que as tramitações subsequentes de registo e atribuição, possam contribuir para o desenvolvimento de toda a área da zona industrial.

5 – Conteúdo da alteração do Plano

5. 1. – Conteúdo material e documental do Plano

O conteúdo material e documental da alteração do PPZIMC será definido pelo disposto no RJIGT, nomeadamente pelo estabelecido nos artigos 102º e artigo 107º, salientando-se que o conteúdo material deverá ser apropriado às condições da área territorial a que respeita, assim como o conteúdo documental deverá ser adaptado, de forma fundamentada, ao seu conteúdo material.



5. 2. - Justificação para a não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica

A Avaliação Ambiental Estratégica encontra-se contemplada no RJIGT conjugado com o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

Nos termos do artigo 78º do RJIGT *“os planos de urbanização e os planos de pormenor só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente ou nos casos em que constituam o enquadramento para a aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou avaliação de incidências ambientais.”*

O anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, define os critérios para a probabilidade do plano produzir efeitos significativos no ambiente, cabendo à Câmara Municipal a fundamentação da qualificação do plano para efeitos de sujeição ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, tal como definido no n.º 1 e n.º 2 do artigo 78º do RJIGT.

Neste sentido e seguindo o âmbito de aplicação dos planos ou programas sujeitos a avaliação ambiental, definido no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a alteração ao PPZIMC não se encontra abrangida pelas alíneas a) e b) do n.º1 deste artigo uma vez que não constitui enquadramento para a futura aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental e também esta alteração não se encontra incluída nem produz efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial.

Relativamente à alínea c) do n.º1 deste artigo 3º a qualificação do plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, é efetuada de acordo com os critérios constantes do anexo a este Decreto-Lei.

Tendo em consideração o definido no artigo 78º e artigo 120º do RJIGT em conjugação com o anexo presente no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, apresentam-se os critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente:



Características dos planos e programas	
Critério	Proposta de alteração do PPZIMC
a) O grau em que o plano ou programa estabelece um quadro para os projectos e outras actividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afectação de recursos;	O Plano que está em vigor desde 1997 e tratando-se de uma alteração de natureza regulamentar, não irá afetar qualquer tipo de recurso definido em orientações mais gerais de outro projeto ou atividade.
b) O grau em que o plano ou programa influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;	A alteração deste Plano não irá influenciar de alguma forma outros planos ou programas.
c) A pertinência do plano ou programa para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;	A alteração abrange uma parte do Plano, sendo essencialmente uma alteração de natureza regulamentar, em que as considerações ambientais inerentes a esta intervenção serão contempladas numa lógica de sustentabilidade de toda a área do Plano.
d) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa;	Não se prevê que venham a acontecer problemas ambientais ou que estes se intensifiquem.
e) A pertinência do plano ou programa para a implementação da legislação em matéria de ambiente	Não aplicável

Características dos impactes e da área susceptível de ser afectada	
Critério	Proposta de alteração do PPZIMC
a) A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;	Não aplicável
b) A natureza cumulativa dos efeitos;	Não aplicável
c) A natureza Transfronteiriça dos efeitos;	Não aplicável
d) Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes;	Não aplicável
e) A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população susceptível de ser afectada;	Não aplicável
f) O valor e a vulnerabilidade da área susceptível de ser afectada, devido a:	
i) Características naturais específicas ou património cultural;	Na área do Plano e sua zona envolvente não existem elementos patrimoniais ou valores naturais relevantes.
ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;	Não aplicável
iii) Utilização intensiva do solo;	Não se prevê uma utilização suscetível de afetar o equilíbrio da área do Plano e sua envolvente
g) Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.	Não aplicável



Da análise efetuada e face ao descrito anteriormente, com base na metodologia definida nos critérios do anexo referido no n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, conclui-se pela não sujeição à Avaliação Ambiental Estratégica a alteração ao PPZIMC, visto tratar-se de uma alteração de natureza regulamentar, respeitante às áreas de ocupação dos lotes, não incidindo esta sobre o tipo e natureza de atividade a instalar, pelo que a sua implementação não é suscetível de provocar efeitos significativos no ambiente.

6 – Definição das fases e prazos para a elaboração das alterações do plano

Para esta alteração prevê-se um prazo de 180 dias de acordo com o seguinte faseamento:

Fase 1	
- Participação preventiva - Elaboração da proposta de alteração do Plano	90 dias
Fase 2	
- Acompanhamento e concertação - Participação sucessiva	60 dias
Fase 3	
- Versão final da proposta de alteração do Plano	30 dias

7 – Definição da equipa técnica

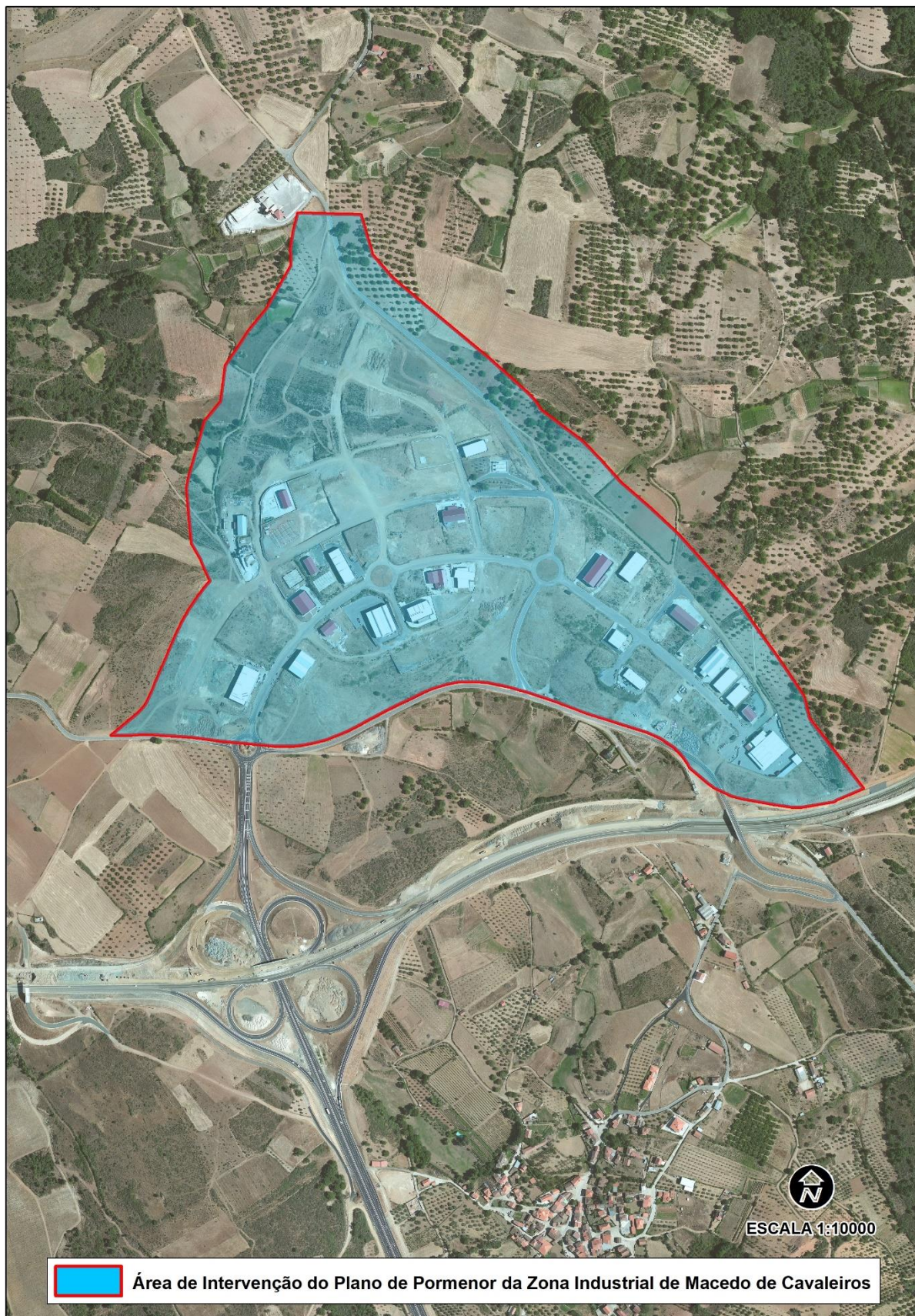
A elaboração da proposta de alteração do PPZIMC será realizada de acordo com a Deliberação do Assunto n.º 223/19 da reunião da Câmara Municipal n.º 21/19, de 17.10.2019, relativa a “Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros”.



8 – Anexo

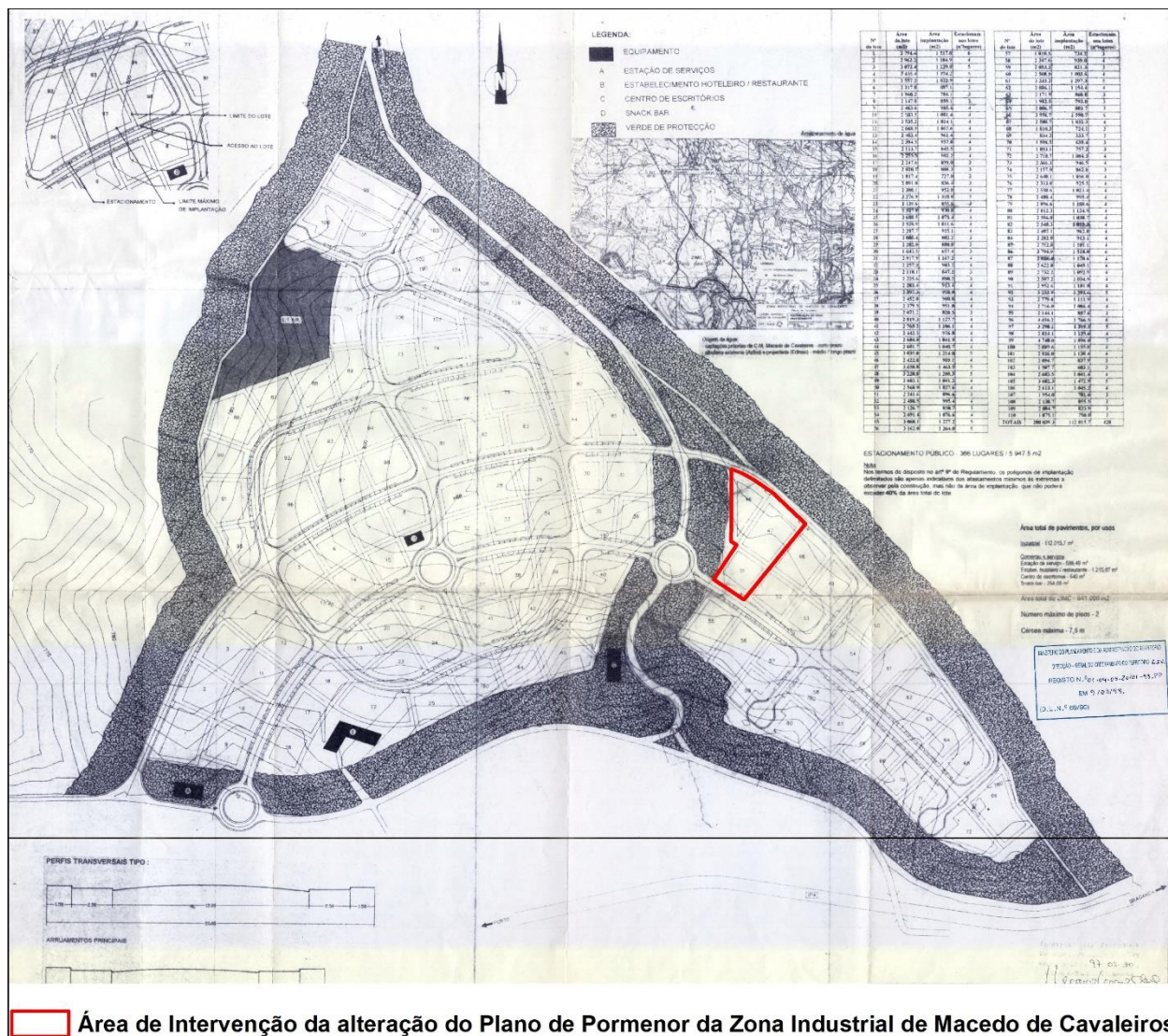


Planta I – Enquadramento da área de intervenção do PP da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros





Planta II – Enquadramento da área de intervenção da alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros



Área de Intervenção da alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros



PLANTA DE ORDENAMENTO: Classificação e Qualificação do Solo

Requerente: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Local da Obra: Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros

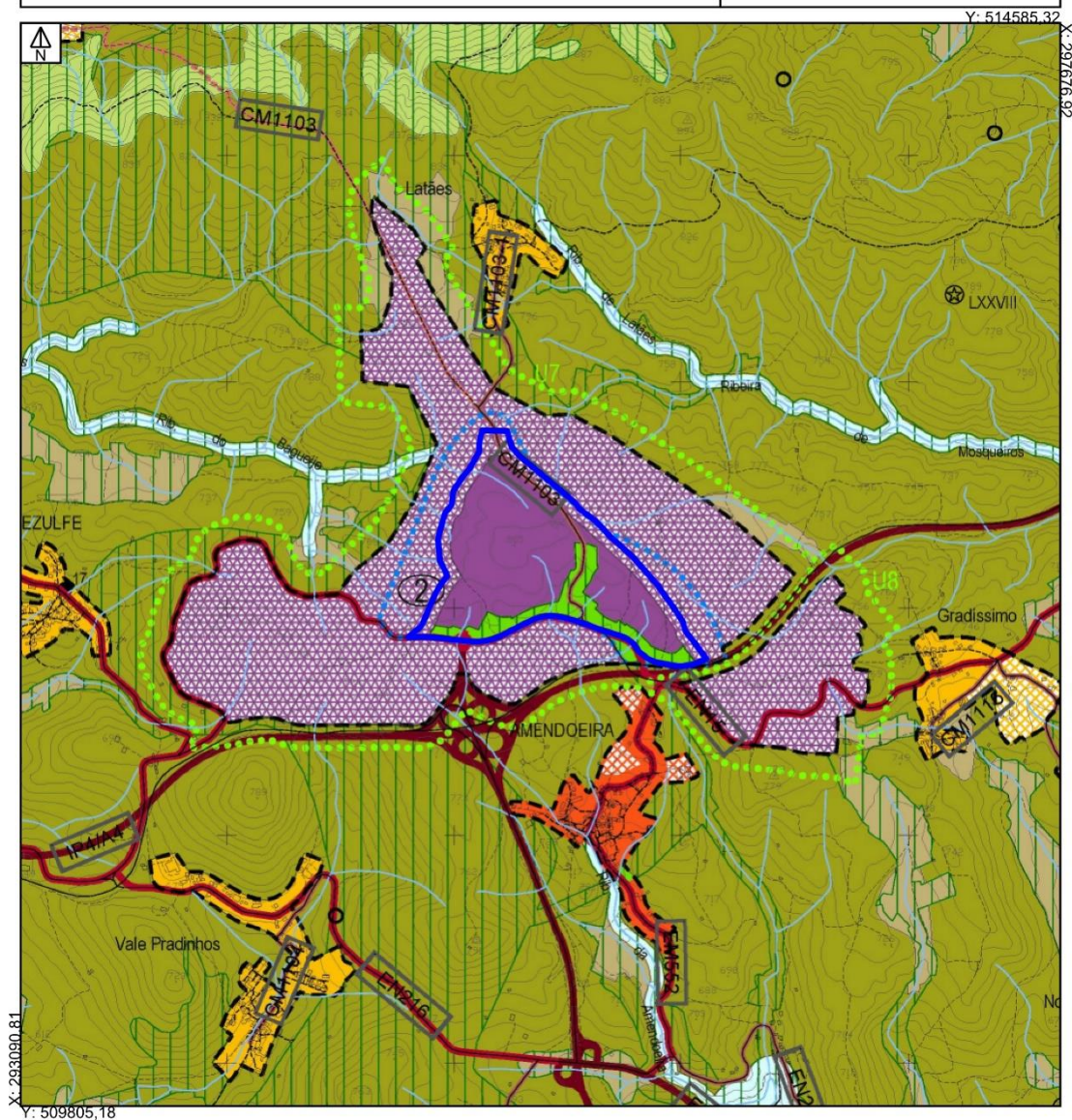
Data de Emissão: 27-11-2019

Freguesia: Amendoeira

Escala: 1:25000

Observações: 3.^a Alteração do PPZIMC

Guia N.º:





CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE ORDENAMENTO: Classificação e Qualificação do Solo (legenda)

	Limite do concelho (CAOP 2014)
	PLANOS EM VIGOR
	Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo
	Plano de Pormenor da zona industrial de Macedo de Cavaleiros
	Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros
	Plano de Pormenor da zona original de Travença
	QUALIFICAÇÃO DO SOLO RURAL
	ESPAÇOS AGRÍCOLAS
	Espaços agrícolas de produção
	Espaços agrícolas de conservação
	ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL
	ESPAÇOS FLORESTAIS
	Espaços florestais de conservação
	Espaços florestais de proteção
	ESPAÇOS NATURAIS
	ESPAÇOS DE RECURSOS GEOLÓGICOS
	Espaços consolidados
	Espaços complementares
	QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO
	PERÍMETROS URBANOS
	SOLOS ORGANIZADOS
	Espaços censais
	Espaços residenciais
	Tipo I
	Tipo I
	Tipo II
	Espaços de atividades económicas
	Espaços de uso especial
	Espaços verdes
	Proteção e enquadramento
	Recreio e lazer
	SOLOS URBANIZÁVEIS
	Espaços residenciais
	Tipo I
	Tipo II
	Tipo I
	Tipo IV
	Espaços para atividades económicas
	Espaços para uso especial
	Equipamentos
	Tráfego
	Espaços verdes para recreio e lazer
	ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
	ZONAS INDEVIDÁVEIS EM SOLO URBANO
	ÁREAS DE RECURSOS GEOLÓGICOS POTENCIAIS
	VALORES CULTURAIS E NATURAIS
	PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO
	Património classificado e Zona Especial de Proteção ou Zona Geral de Proteção: 1. Insueto de Mendonça (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP) 2. Insueto de Mendonça (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP) 3. Insueto de Mendonça (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP) 4. Insueto de Mendonça (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP) 5. Igreja Paroquial de São João de Agostinho (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP) 6. Igreja de São João de Agostinho (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP) 7. Igreja de São João de Agostinho (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP) 8. Torreão de Mendonça e zona especial de proteção (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP)
	Património em vias de classificação e Zona Geral de Proteção 9. Solar das Arcas (Decreto n.º 221/99, DR, 2.ª série, de 11 de junho de 2000) (RP)
	PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO 10. QUA - (identificado no regulamento do plano)
	OUTRO PATRIMÓNIO CULTURAL 11. QUA - (identificado no regulamento do plano)
	CONJUNTOS COM INTERESSE C1. Insueto antigo de Mendonça C2. Insueto antigo de Mendonça C3. Insueto antigo de Mendonça C4. Insueto antigo de Mendonça C5. Insueto antigo de Mendonça C6. Insueto antigo de Mendonça C7. Insueto antigo de Mendonça C8. Insueto antigo de Mendonça
	PATRIMÓNIO GEOLÓGICO G1 - G42 - (identificado no regulamento do plano)
	REDE RODOVIÁRIA
	Sistema primário
	Sistema secundário
	Sistema terciário
	REDE FERROVIÁRIA
	Linhas do Tuso (sem exploração ferroviária)
	INFRAESTRUTURAS URBANAS
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
	Estação de tratamento de água
	Captação de água para abastecimento público
	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
	Estação de tratamento de águas residuais
	POD-CENTRO
	UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO
	U1 - Macedo de Cavaleiros U2 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - anexo ao núcleo I U3 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo II U4 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo III U5 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo IV U6 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo V U7 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - anexo ao núcleo I U8 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo II U9 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo III U10 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo IV U11 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo V



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE ORDENAMENTO: Áreas de Risco ao Uso do Solo

Requerente: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Local da Obra: Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros

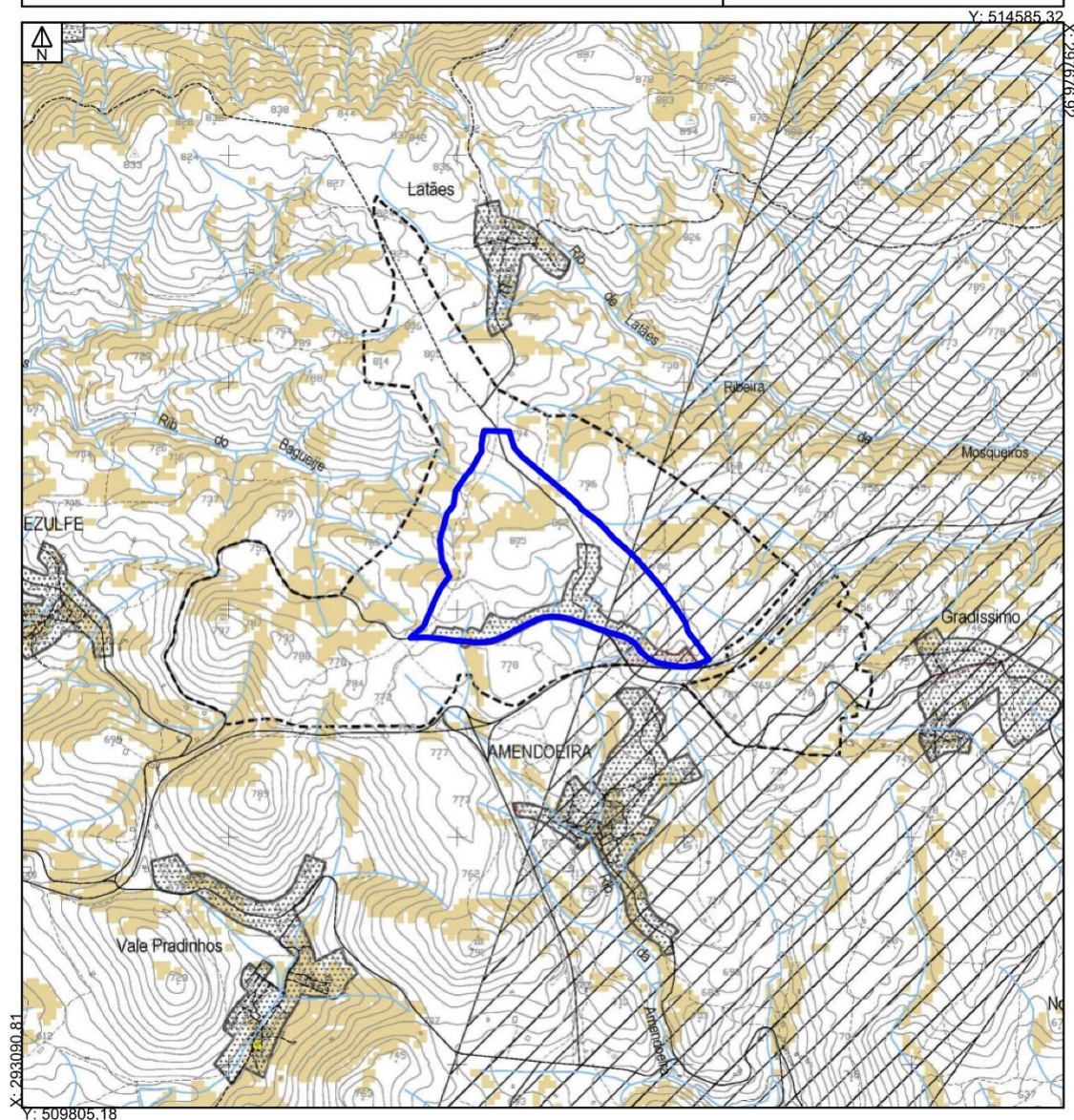
Data de Emissão: 27-11-2019

Freguesia: Amendoeira

Escala: 1:25000

Observações: 3.ª Alteração do PPZIMC

Guia N.º:



OBS: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO VÁLIDA POR UM ANO

O Funcionário:

N.º 13901



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE ORDENAMENTO: Áreas de Risco ao Uso do Solo (legenda)

LEGENDA:



Límite de concelho (CAOP 2014)



PERÍMETROS URBANOS

ÁREAS COM RISCO DE MOVIMENTO DE VERTENTES



Perigosidade elevada



Perigosidade muito elevada

ÁREAS COM RISCO DE OCORRÊNCIA DE SISMO



Perigosidade muito elevada



Perigosidade elevada (1)



ÁREAS COM RISCO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES



ÁREAS COM RISCO DE INUNDAÇÕES POR RUTURA DE BARRAGEM

CLASSIFICAÇÃO ACÚSTICA



Zonas sensíveis



Zonas mistas



Zonas de conflito acústico



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE CONDICIONANTES

Requerente: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Local da Obra: Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros

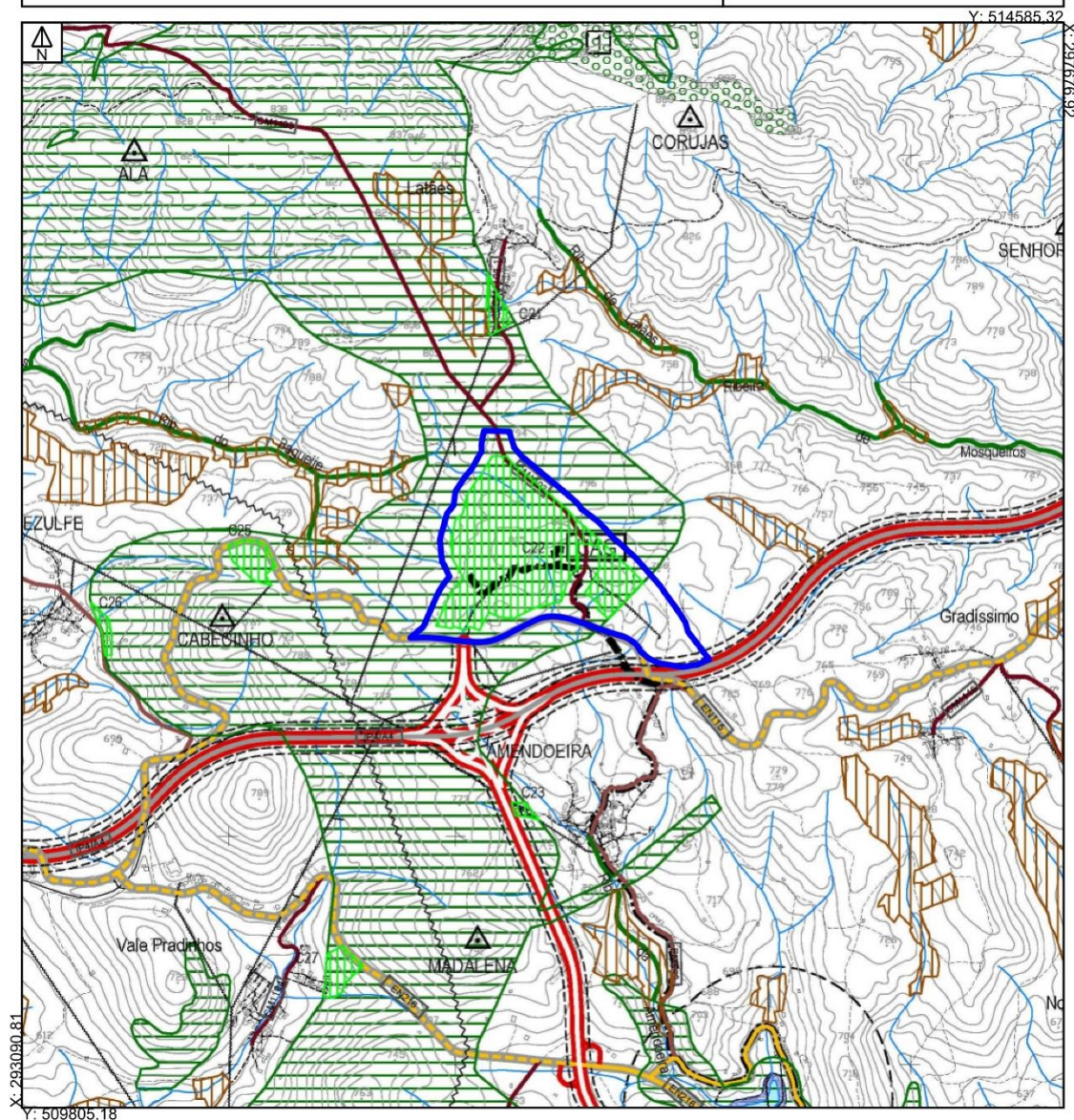
Data de Emissão: 27-11-2019

Freguesia: Amendoeira

Escala: 1:25000

Observações: 3.ª Alteração do PPZIMC

Guia N.º:



OBS: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO VÁLIDA POR UM ANO

O Funcionário:

N.º 13902



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE CONDICIONANTES (legenda)

RECURSOS NATURAIS

RECURSOS HÍDRICOS

Domínio hídrico



Leito e margem dos cursos de água com a largura de 10m (água não navegável ou flutuável)

Leito e margem das albufeiras com a largura de 50m (água navegável ou flutuável)

Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias

Albufeiras de águas públicas (50 ou 100m de zona reservada e 500m de zona de proteção)

RECURSOS GEOLÓGICOS

Pedreiras



Concessões mineiras



RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

Reserva Agrícola Nacional



Obras de Aproveitamento Hidroagrícola



Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros



Áreas beneficiadas, a excluir do AHMC, reclassificadas e inseridas em solo urbano



Canal Condutor Geral



Outras infraestruturas do AHMC, localização aproximada



Regime florestal (total e parcial)



1

Perímetro florestal da Serra da Nogueira

2

Perímetro florestal da Serra da Bonina

3

Perímetro florestal de Monte Moura

4

Regime florestal parcial dos cursos de água tributários do rio de Vilariça (1)

RECURSOS ECOLÓGICOS

Reserva Ecológica Nacional



Pedidos de exclusão - Áreas comprometidas



Pedidos de exclusão - Proposta de Ordenamento



Rede nacional de áreas protegidas



Paragem protegida da albufeira do Azibo



Rede Natura 2000



Sítios de importância comunitária



1

Sítio de Lista Nacional - Romeu - PTCN0043

2

Sítio de Lista Nacional - Roca Sabor e Mação - PTCN0021

3

Sítio de Lista Nacional - Monte - PTCN0022

4

Sítio de Lista Nacional - Monte Sinal Nogueira - PTCN0022

Zonas de proteção especial



I

Zona de Proteção Especial - Monte Sinal Nogueira - PTCN0022

II

Zona de Proteção Especial - Roca Sabor e Mação - PTCN0021

PATRIMÔNIO CULTURAL

PATRIMÔNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO



Património classificado e Zona Especial de Proteção ou Zona Geral de Proteção

1. Pelourinho de Pinheiro (Decreto n.º 23122, DG n.º 231, de 11 outubro 1933) (IIP)
2. Pelourinho de Nogueira (Decreto n.º 23122, DG n.º 23, de 11 outubro 1933) (IIP)
3. Pelourinho de Chacim (Decreto n.º 23122, DG n.º 231, de 11 outubro 1933) (IIP)
4. Pelourinho de Vale de Prados (Decreto n.º 23122, DG n.º 231, de 11 outubro 1933) (IIP)
5. Igreja Paroquial de Viarinho de Agredor (Igreja de Santo André) (Decreto n.º 25170, DG n.º 129, de 3 de janeiro de 1919) (IIP)
6. Igreja de Nossa Senhora dos Reis, Matriz de Lamealunga e zona especial de proteção (Portaria n.º 405/2013, DR, 2.ª série, n.º 117, de 20 de junho de 2013) (IIP)
7. Igreja de Nossa Senhora da Purificação, Matriz de Podence e zona especial de proteção (Portaria n.º 74340/2012, DR, 2.ª série, n.º 248, de 24 de dezembro de 2012) (IIP)
8. Tarracha de Pinheiro e zona especial de proteção (Portaria n.º 306/2013, DR, 2.ª série, n.º 93, de 23-05-2013) (IIP)

Património em vias de classificação e Zona Geral de Proteção



9. Solar das Arcas (Anúncio n.º 289/2013, DR, 2.ª série, n.º 157, de 30 de agosto de 2013 - Abertura de novo procedimento de classificação do Solar das Arcas) (EVC)

INFRAESTRUTURAS

REDE ELÉTRICA



Subestação



Linhas de muito alta tensão



Linhas de alta tensão



Linhas de média tensão

GASODUTOS



Gasoduto



Unidade de armazenamento de gás



REDE RODOVIÁRIA NACIONAL, ESTRADAS REGIONAIS E ESTRADAS DESCLASSIFICADAS



Itinerário Principal/ Auto-Estrada (IP/ AL) (edifícios - 40m; edifícios de caráter industrial - 70m)



Itinerário Principal (IP) (50m para cada lado do eixo da via)



Estrada Nacional (EN) (20m para cada lado do eixo da via)



Estrada Regional, sob jurisdição da LP (LR) (20m para cada lado do eixo da via)



Estradas Desclassificadas, sob jurisdição da EP (20m para cada lado do eixo da via)



ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS



Estrada Regional, sob jurisdição da Aularcuia (ER) (20m para cada lado do eixo da via)



Estradas Desclassificadas, sob jurisdição da Aularcuia (20m para cada lado do eixo da via)



Estradas Municipais (EM)



Caminhos Municipais (CM)



REDE FERROVIÁRIA



Linha do Tua (sem exploração ferroviária)



TELECOMUNICAÇÕES



Área horizontal



Estação radiotelegráfica



Zonas de desobstrução



MARCOS GEODÉSICOS



Limites de concelho (CAOP 2014)



Limites de concelho (CAOP 2014)

Limites de concelho (CAOP 2014)

Limites de concelho (CAOP 2014)

ATIVIDADES PERIGOSAS



ESTABELECIMENTOS COM PRODUTOS EXPLOSIVOS



Limites de concelho (CAOP 2014)



Limites de concelho (CAOP 2014)



Limites de concelho (CAOP 2014)



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE CONDICIONANTES - Reserva Agrícola Nacional

Requerente: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Local da Obra: Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros

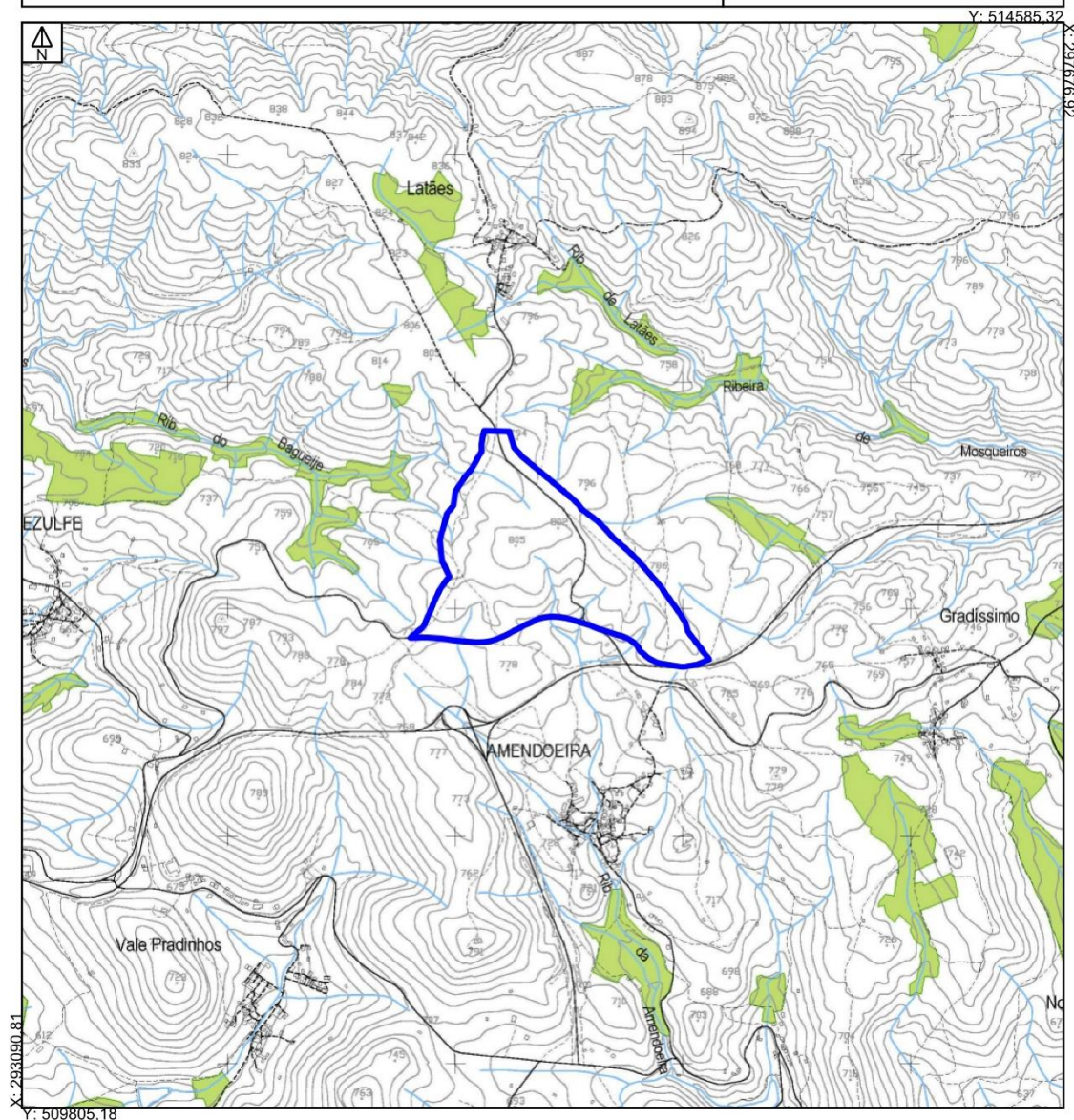
Data de Emissão: 27-11-2019

Freguesia: Amendoeira

Escala: 1:25000

Observações: 3.ª Alteração do PPZIMC

Guia N.º:



OBS: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO VÁLIDA POR UM ANO

N.º 13903

O Funcionário:



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE CONDICIONANTES - Reserva Agrícola Nacional (legenda)

LEGENDA:



Limite de concelho (CAOP 2014)



RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL



OBRAS DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA



Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros



Áreas beneficiadas, a excluir do AHMC, reclassificadas e inseridas em solo urbano



Canal Condutor Geral



Outras Infraestruturas do AHMC, localização aproximada



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE CONDICIONANTES - Reserva Ecológica Nacional (legenda)

LEGENDA:

	Limite de concelho (CAOP 2014)
ZONAS RIBEIRINHAS, ÁGUAS INTERIORES E ÁREAS DE INFILTRAÇÃO MÁXIMA OU DE APANHAMENTO	
	Leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias
	Albufeiras
	Faixas de proteção às albufeiras
	Cabeceiras das linhas de água
	Áreas de máxima infiltração
ZONAS DECLIVOSAS	
	Áreas com risco de erosão
	Escarpas e faixa de proteção às escarpas
PEDIDOS DE EXCLUSÃO DA REN	
	Áreas comprometidas (elencadas em Regulamento)
	Proposta de Ordenamento (elencadas em Regulamento)



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE CONDICIONANTES ANEXA - Defesa da Floresta contra Incêndios

Requerente: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Local da Obra: Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros

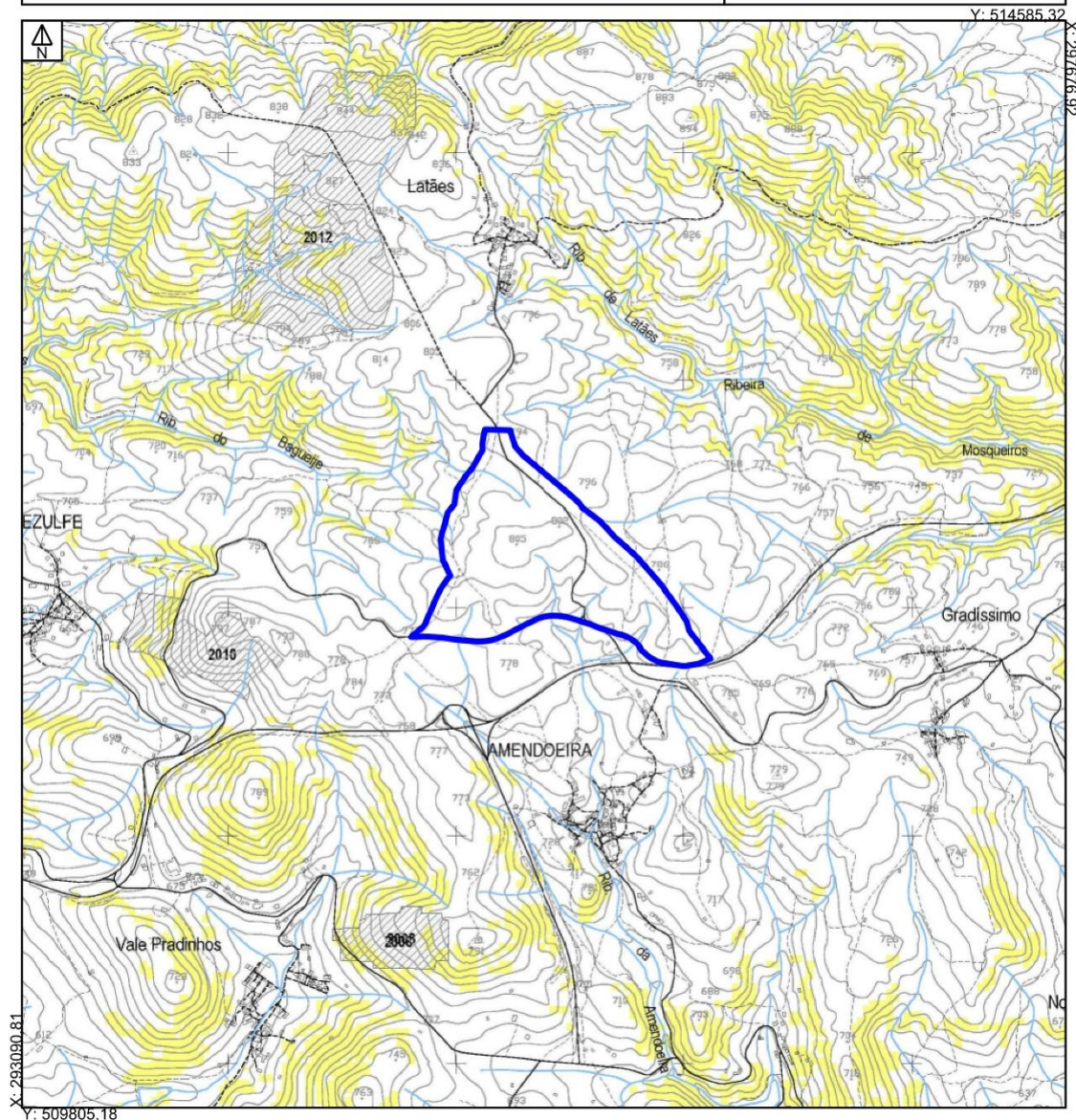
Data de Emissão: 27-11-2019

Freguesia: Amendoeira

Escala: 1:25000

Observações: 3.ª Alteração do PPZIMC

Guia N.º:



OBS: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO VÁLIDA POR UM ANO

O Funcionário:

N.º 13905



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

PLANTA DE CONDICIONANTES ANEXA - Defesa da Floresta contra Incêndios (legenda)

LEGENDA:



Límite de concelho (CAOP 2014)



ESPAÇOS FLORESTAIS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS

PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO



de classe Alta



de classe Muito alta



REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA